Antônio de Couros Carneiro: sociedade em Guerra nos Ilhéus, 1624-1673

Jocélio de Carvalho¹

Rafael dos Santos
Barros²

Antônio de Couros
Carneiro: society at
war in Ilhéus, 1624-
1673

---

¹ Graduando em História pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR.

E-mail: joceliodecarvalho@globbo.com

² Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: barrosrafaeldossantos@gmail.com

Resumo:

Antônio de Couros Carneiro, capitão-mor, governador da capitania de Ilhéus, cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor de engenho de Cairu, participou ativamente na resistência à ocupação neerlandesa nas capitanias do norte do Brasil, realizou entradas no sertão, proveu bandeiras, administrou as farinhas que sustentaram a capital do Brasil, Recôncavo baiano e as armadas portuguesas da carreira da Índia. As fontes de meados do século XVII permitem visualizar uma complexa conjuntura econômica-política-religiosa articulada entre as vilas de baixo da capitania de Ilhéus, o governo geral em Salvador e a coroa portuguesa com suas demais conquistas ultramarinas.

Palavras-chave: Antônio de Couros Carneiro, Conchavo das Farinhas, Capitania de Ilhéus, Índios Aldeados, Camamu.

Abstract:

Antônio de Couros Carneiro, Captain-mor, Governor of the captaincy of Ilhéus, Knight of the order of Christ and Lord of ingenuity of Cairu, participated actively in the resistance to the Dutch occupation in northeastern Brazil, held in the entries, provided flags, administered the flours that sustained the captaincy of Bahia and the Portuguese armed India's career. The mid-17th century sources allow you to show a complex economic-political-religious articulated between the villages of under the captainship of Ilhéus, the General Government in Salvador and the Portuguese Crown with his other overseas conquests.

Keywords: Antônio de Couros Carneiro, Conspiracy of flours, Captaincy of Ilhéus, Indigenous Villages, Camamu.

Introdução

O presente estudo discorre a trajetória de um membro da elite da antiga capitania de Ilhéus que ascende à posição de senhor de engenho no século XVII. Para melhor compreender esta elevação de status social, reconhecida pelos pares da açucarocracia baiana, é preciso considerar a dinâmica da sociedade do Antigo Regime em que a capitania de Ilhéus estava inserida, onde os indivíduos elevavam-se de categoria social mediante os bons serviços prestados ao monarca. E, considerando também que capitania de Ilhéus se consolidou ao longo dos seiscentos como produtora de alimentos voltada para o abastecimento do mercado interno no contexto das invasões holandesas, culminando no “Conchavo das Farinhas”¹, que foi um acordo firmado entre os “homens bons” de algumas vilas desta capitania hereditária e o Senado da Câmara de Salvador.

O desavio inicial é interpretar e estruturar a capitania de Ilhéus antes da invasão holandesa que tomou Salvador de assalto em 1624 e como a emergência da guerra contra o Brasil holandês contribuiu para a formação uma das maiores regiões produtoras de alimentos da América Portuguesa². Pretende-se posteriormente, tratar da atuação de Antônio de Couros Carneiro no contexto o social-econômico-político-e-militar do Antigo Regime³, suas relações de conflitos-colaborações-e-mediações entre potentados locais das vilas dos Ilhéus, a açucarocracia da Bahia representada no Senado da Câmara de Salvador, o governo geral da Colônia e o Conselho Ultramarino.

A capitania de Ilhéus durante todo século XVII⁴ permaneceu como conquista hereditária e privada, mas dividida internamente, visto que os donatários não tinham controle sobre todo território doado pela coroa no século anterior. A parte norte pertencia à Companhia de Jesus e era conhecida como terras do Camamu⁵. Os jesuítas, donos destas terras desde os quinhentos, estabeleceram aldeamentos indígenas e incentivaram migrações distribuindo sesmarias para pequenos lavradores. Ao Sul, havia a sede São Jorge dos Ilhéus

---

¹ Conchavo de 1648 em que os senhores produtores de farinhas das vilas de Camamu, Cairu, Boipeba e Morro de São Paulo se comprometeram a enviar cotas do produto para Salvador a fim de alimentar as tropas de infantarias e abastecer as naus da Carreira da Índia. Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói: UFF, 1991 (tese de doutorado).

² DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus-BA: Editus, 2011.

³ Sobre o Antigo Regime ver HESPANHA, Antônio Manuel. “Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.” In: *Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*, 2010, Civilização Brasileira.

⁴ Recentemente Pablo Magalhães publicou um artigo na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que discorre sobre o contexto histórico-social da Capitania dos Ilhéus ao tempo da União das Coroas Ibéricas. Naquele contexto, segundo o autor, essa donataria se encontrava devastada por conta dos constantes ataques empreendidos pela população indígena. MAGALHÃES, PABLO ANTÔNIO IGLESIAS; BRITO, R. L. A Gema do Brasil: A Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 110, p. 49-76, 2015.

⁵ Sesmaria também chamada de “fundo das doze léguas”. Ver CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

que tinha florescido nas primeiras décadas de colonização produzindo e exportando açúcar. Todavia, na segunda metade do século XVI, esta parte da capitania passou por um processo de esvaziamento e despovoamento que se deveu principalmente por dois fatores: às guerras contra o gentio bárbaro⁶ e a ingerência ou falta de investimentos por parte dos donatários e seus prepostos. Marcelo Henrique Dias afirma que a partir da década de 1560, além dos jesuítas, os donatários teriam também incentivado a migração interna com a ocupação das ilhas de Tinharé, Boipeba e arredores da baía de Camamu⁷ (DIAS, 2011).

Os colonos que confluíam para as terras em torno da baía de Camamu eram em sua maioria pequenos produtores de víveres, possuidores de pequena escravaria. Estavam impossibilitados de participar da aventura açucareira, seja pela rápida monopolização das terras no Recôncavo baiano, ou pelo custo elevado da empresa açucareira (BARROS, 2015). Aliado ao incentivo migratório, estes lavradores procuravam segurança contra as incursões indígenas hostis ao mesmo tempo em que se estabeleciam em região geograficamente próxima da capital colonial (DIAS, 2011). Ao que tudo indica, rapidamente perceberam o potencial mercantil desta baía que segundo João da Silva Campos, era comum que às naus passassem pela ilha de Tinharé⁸ antes de aportarem na Baía de Todos os Santos (CAMPOS, 2006).

O processo de ocupação destas terras é a base para o entendimento das relações entre o Governo Geral, o Senado da Câmara e as Vilas de Baixo⁹ a despeito do que pretendiam ou não os donatários da capitania¹⁰. Esta proximidade geográfica entre as baías de Camamu e Todos os Santos serviu aos interesses tanto dos senhores de engenho do recôncavo que não pretendiam produzir mantimentos, quanto aos interesses dos senhores das vilas do Camamu que exportavam seus excedentes de farinhas abastecendo o crescente mercado interno, e paralelamente, também para a costa ocidental africana na longa viagem (DIAS, 2011). Cristalizava-se, dessa forma, uma “vocação” para a agricultura de subsistência voltada para os mercados de abastecimento da praça de Salvador e de exportação através das naus da carreira (SILVA, 1991). Essa vocação das Vilas de Baixo foi-se delineando e o contexto das invasões neerlandesas aumentou as demandas por mantimentos e madeiras, sucedendo em crescimento devido à intensa atividade econômica que se estabelecia das

---

⁶ Como nos pondera Pedro Puntoni (2002), esse termo serviu para denominar a guerra contra inúmeros povos indígenas, sem considerar seus costumes, localização e etnia. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.

⁷ As querelas judiciais entre donatários e jesuítas deste duplo incentivo migratório que despovoava a região sul da capitania em prol das ilhas da baía de Camamu são amplamente discutidas por Marcelo Henrique Dias em sua tese de doutorado. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

⁸ A ilha está na entrada para baía de Camamu, possuía um forte e a vila de Morro de São Paulo.

⁹ Termo usado para se referir as Vilas de Camamu, Cairu, Boipeba e Morro de São Paulo.

¹⁰ Marcelo Henrique Dias entende que os donatários ao longo dos séculos XVII e XVIII teriam aberto mão de governar efetivamente a capitania (DIAS, 2011). Sobre isto, Capistrano de Abreu enfatiza que o incentivo para fundação de vilas estaria mais no orgulho de se acrescentar o título de “senhor de tais e tais vilas” ao próprio nome e de nomear tabeliães do que propriamente pela necessidade (ABREU, 2000).

necessidades de mais escravos, barcos para cabotagem, peças náuticas para recompor as frotas danificadas ou perdidas, artesãos e pessoas conhecedoras de ofícios manuais. Nesta configuração de mercado, era inevitável que os senhores locais tentassem inverter seus capitais para fabricação de açúcar, coisa que a açucarocracia baiana, agindo no Senado da Câmara de Salvador, sempre tentou impedir em conluio com o governo geral da Colônia. Ao ponto que em 1648: Cairu, Boipeba, Camamu e Morro de São Paulo foram obrigadas a municiar com farinhas as tropas instaladas em Salvador e as armadas portuguesas que aportavam na baía de Todos os Santos (LENK, 2013).

O entendimento do contexto de “*Luta Global*” envolvendo espanhóis, portugueses e holandeses¹¹ é essencial para a compreensão dos acontecimentos que levaram as vilas de baixo a se especializar na produção de víveres¹². Além das características regionais da capitania, as guerras coloniais contra o Brasil holandês acontecem em período que Geoffrey Parker definiu como crítico para a Europa e nos alerta para o movimento do clima na primeira metade do século XVII que culminou em temperaturas mínimas nas décadas de 640 e 650, resultando em reversão do crescimento comercial a partir de 1619 (PARKER apud LENK, 2013)¹³.

Com a ocupação holandesa de Salvador, o abastecimento das forças de resistência luso-brasileiras do recôncavo baiano passou a ser de responsabilidade das vilas periféricas do entorno da baía de Todos os Santos, que vinham desde muito se especializando na produção de mantimentos. Esta crescente demanda consolidou um mercado que se manteve forte ao longo de dois séculos¹⁴ (DIAS, 2011).

Os portugueses, contando com milícias de índios aldeados e colonos estabelecidos, impuseram forte resistência à ocupação batava com uma persistente guerra de guerrilha¹⁵ e o poderio invasor durou pouco na Bahia, ocorrendo sua retomada em 1625 por um combinado de tropas luso-castelhanas, as quais segundo Tales de Azevedo¹⁶, permaneceram

---

¹¹ O objetivo dos neerlandeses era controlar “o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas; a canela do Ceilão; a pimenta do Malabar; a prata do México, Peru e Japão; o ouro da Guiné e do Monomotapa; o açúcar do Brasil e os escravos negros da África Ocidental” (BOXER, 2014, p. 66).

¹² Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* traça uma interpretação para a inversão de capitais em território aberto para conquista e colonização, quando a aristocracia brasileira tendia a expandir uma monocultura ao invés de diversificar sua empresa. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.

¹³ Segundo Lenk: “entre os fenômenos de curto e de longo prazo que caracterizam o debate, aquele de importância mais direta para a história do Brasil foi a decadência do poder castelhano na balança europeia” (LENK, 2013, p. 13).

¹⁴ Sobre as os regimentos e obrigações para fabricação de farinhas, ver também em BARROS, R. S. Da Letra da lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750 (UFBA, 2015). 2015. f. 159. Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

¹⁵ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*: 2010. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 39.

¹⁶ AZEVEDO, Tales de. *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. p. 164-165

na Cidade da Bahia com um efetivo de mil homens.

A partir da permanência deste efetivo militar, iniciam-se os problemas decorrentes da permanência das tropas em Salvador¹⁷ e o fluxo de mantimentos para a sustentação dos homens situados na capital. Conforme Azevedo, a falta de salários e alimentos, levou os militares a agenciarem roubos, confirmando o perigo de uma crise alimentar. Essa situação levou a coroa portuguesa a responsabilizar e especializar as Vilas de Baixo no fornecimento de farinha, tanto necessárias ao estabelecimento de militares na fortaleza do Morro de São Paulo, quanto para a manutenção e pagamento de tropas na capital geral (AZEVEDO, 1969).

A proximidade geográfica entre as baías de Camamu e Salvador foi fundamental para a defesa da capitania quando as invasões holandesas em 1624 mudaram as relações dos donatários com as Vilas de Cima¹⁸ e as Vilas de Baixo. Os donatários continuaram governando a região do entorno de São Jorge dos Ilhéus, enquanto as Vilas de Baixo estavam diretamente subordinadas ao Governo Geral na Bahia, o qual confirmou o capitão-mor Antônio de Couro Carneiro como principal gerenciador das farinhas e madeiras, como se demonstrará na vasta documentação encontrada. Ressaltando ainda que havia a sesmaria dos jesuítas, configurada em uma terceira região¹⁹.

O florescimento da capitania de Ilhéus como grande produtora de alimentos na América Portuguesa se deveu em grande medida as invasões holandesas, não significando que se restringiu a ela, pois como vimos anteriormente, cristalizou-se nessa área a vocação para produção de alimentos. Isso foi possível graças a uma das figuras mais influentes na capitania dos Ilhéus durante todo o século XVII, Antônio de Couros Carneiro. Este personagem, presente em 1624, foi capitão-mor e um dos responsáveis pela defesa e manutenção do presídio e fortaleza do Morro de São Paulo, governador da capitania de Ilhéus e superintendente das fábricas de farinhas na década de 1650, cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor de engenho de Cairu, participou ativamente na resistência à ocupação holandesa nas capitanias do norte do Brasil, realizou entradas ao sertão, proveu bandeiras, administrou as madeiras e farinhas que sustentaram a capital do Brasil, Recôncavo baiano e as armadas portuguesas de entravam na baía de Todos os Santos.

Traremos ainda neste artigo da atuação desta figura na defesa das vilas contra os “inimigos internos”, contando para isso com milícias de índios aldeados, recrutadas entre os aldeamentos jesuítas para defesa da baía de Camamu e manutenção regular dos envios de

---

¹⁷ O Padre Antônio Vieira, testemunha daqueles acontecimentos, escreveu que a população fora oprimida pela obrigação de sustentar todo contingente do presídio (VIEIRA apud LENK 2013, p. 43).

¹⁸ Definimos o termo: Vilas de Cima como referência aos povoamentos do sul da capitania e com sede na vila de São Jorge dos Ilhéus para os séculos XVI, XVII e XVIII.

¹⁹ Não existia separação com fronteiras definidas e claras, haviam povoamentos agrupados regionalmente e que pagavam forais para uma ou outra entidade superior. DIAS, Marcelo Henrique, CARRARA, Ângelo A. (Orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

farinhas à Salvador. Apesar de haverem soldados de corpos regulares de ordenanças na fortaleza do Morro, é com as milícias de ameríndios que o grosso das tropas de defesa foi formado como veremos nas linhas que seguem.

Antônio de Couros Carneiro: O superintendente das farinhas

Em 1639, último ano da União Ibérica, encontramos o primeiro documento falando deste personagem, trata-se de um registro de patente nomeando Antônio de Couros como capitão da infantaria espanhola e do Morro de São Paulo²⁰. Este documento confirma que Couros Carneiro havia servido em 1624 na fortaleza do Morro de São Paulo:

(...) haveis servido a Sua Magestade com todo o tempo que o inimigo occupou a esta Bahia o anno de seiscentos e vinte e quatro achando-vos a recuperação della sempre com zelo e cuidado, e com dispendio de vossa Fazenda e principalmente no Sitio que o Conde de Nazão poz a esta Cidade a soccorestes com farinhas com tanto cuidado presteza e diligencia que fostes grande parte do bom sucesso que mediante Deus tiveram as Armas de Sua Magestade (DH-BN, vol. 18, p. 101).

Este registro é bastante revelador e prossegue o conde da Torre:

(...) e ora vindo eu a esta praça com Armadas, e Exército de meu Cargo continuastes pela mesma forma em prevenir os abastamentos de farinhas, e madeiras para as querenas confiando de vós, que em toda a outra occasião que se offercer vos haveis em o serviço de Sua Magestade como se espera de vossa pessoa (DH-BN, vol. 18, p. 101).

As vilas de baixo abasteciam a cidade de Salvador e recôncavo baiano com farinhas e madeiras antes de 1624, como demonstrou Francisco Carlos Teixeira da Silva, Marcelo Henrique Dias e Rafael Barros. A ocupação holandesa em Salvador aumentou a demanda por alimentos nesta região, que pela proximidade geográfica, cristalizou a vocação destas vilas como fornecedora de produtos de subsistência tanto para o mercado interno, como para as naus da carreira²¹. Verifica-se com este corpo documental que as atividades econômicas de Antônio de Couros, nas décadas de 20 a 40, estavam primordialmente vinculadas a extração e tratamento de madeiras, além de plantio, produção e transporte de farinhas. No mesmo documento citado acima, o conde da Torre reconhece que os auxílios prestados por aquele foram custeados por sua própria *Fazenda*.

A leitura deste registro de patente escrita pelo governador geral do Brasil levanta

---

²⁰ Esta fonte é bastante conhecida: Campos (2006, p. 183). Carrara e Dias (2007, p. 105). Lenk (2013, p. 435). “Registro da Patente do Capitão Antônio de Couros Carneiro provido em Capitão de Infantaria e do forte do Morro de São Paulo” (DH-BN, vol. 18, p. 101).

²¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 382.

questões importantes sobre as atividades das elites locais. Neste sentido, sabemos que Antônio de Couros servia na fortaleza do Morro de São Paulo quando Salvador foi ocupada pelo *inimigo*; sabemos também que este senhor produzia farinhas para o mercado interno e muito provavelmente, também participava da empresa exportadora que enviava alimentos para África²²; e, considerando que a Fazenda Real não precisou pagar monetariamente pelo abastecimento das tropas aliadas, podemos concluir que Antônio de Couros balanceou habilmente suas despesas e receitas²³, ganhando paulatinamente influência e poder político que culminou na patente de capitão de tropa regular em 1638. Segundo Ana Paula Pereira Costa, era comum que a coroa transferisse despesas militares levando os colonos a arcarem com os custos da própria defesa, em contrapartida, estes colonos podiam assim fundamentar suas solicitações de mercês e privilégios (COSTA, 2014, p. 22).

Nesta promoção de capitão de tropa regular, verifica-se além do reconhecimento pelos bons serviços prestados, a tentativa de o governo geral solucionar a questão alimentícia de Salvador²⁴. Importante ressaltar que ao nomear um membro da elite local para superintendência das farinhas com braço militar e fiscalizador, o governador geral reconhecia o *status quo* das Vilas de Baixo, reafirmando o corporativismo monárquico ao passo em que os senhores destas vilas mantinham seus privilégios no contexto da dinâmica econômica moral do dom (HESPANHA, 2012, p. 65). Pedro Puntoni articula esta ideia na apresentação do livro de Wolfgang Lenk, quando relaciona a fiscalidade e a formação dos novos mecanismos de poder com a emergência do “*estado fiscal-militar*” e as transformações da sociedade no século XVII (apud LENK, 2013).

A discussão historiográfica sobre o período colonial ganhou novo fôlego nas últimas décadas sob uma perspectiva de valorização das periferias²⁵. Não podemos entender a metrópole nos seiscentos, conforme destaca Hespanha, como excessivamente centralizadora; tampouco podemos entender a colônia unicamente como subserviente. Nas fontes sobre nosso personagem, como pano de fundo, percebemos que as nomeações para funções de mando não tinham como objetivo a destruição do corpo social local. E, nas ocasiões em que as nomeações vinham verticalmente impostas pelo governo geral, os agentes locais se movimentavam conseguindo rapidamente a reconstituição de seu *status quo* regional.

---

²² Sem esquecer o abastecimento das naus da carreira, Lapa (2000, p. 165).

²³ João da Silva Campos analisando vasta documentação e livros publicados até 1937, explica que o contrabando era política comum nos séculos XVI a XVIII e que os senhores do litoral da capitania de Ilhéus comumente vendiam seus excedentes para naus estrangeiras, sugerindo inclusive, naus inimigas (CAMPOS, 2006, p. 167).

²⁴ O governo geral se via constantemente pressionado para alimentar as tropas fixas e o corpo administrativo da capital colonial, além de estar obrigado a abastecer duplamente: (1) as forças terrestres de passagem ou para a guerra no Brasil holandês, ou para a guerra interna contra os índios “*brabos*” (DIAS, 2011, p. 111), (LENK, 2013, p. 430) e (BARROS, 2015); e (2) as naus da carreira da Índia que tinham prazo para seguir viagem, principalmente aquelas que não podiam perder as monções do oceano Índico (BOXER, 2014, p. 77).

²⁵ Como exemplo: Hespanha (2012, p. 55); Fragoso, Bicalho e Gouvêa (2001, p. 29).

Dito isto, podemos compreender melhor o que as fontes nos trazem para os anos que se seguem sobre Antônio de Couros Carneiro e o contexto da guerra colonial contra o Brasil holandês. Wolfgang Lenk faz um esboço do panorama político e econômico nas décadas de 620 a 630, segundo o autor, a açucarocracia do recôncavo baiano agia no Senado da Câmara²⁶ de Salvador em articulação com o governo geral nomeado pela coroa portuguesa²⁷. Os objetivos dos acordos entre governo geral e Senado da Câmara resultavam em transferência de encargos tributáveis sobre os setores de abastecimento em benefício dos senhores de engenho da Bahia, ou seja, as periferias produziam os alimentos para que os senhores do recôncavo se dedicasse exclusivamente ao produto principal. Como ressalta Lenk, os preços de produtos de subsistência foram liberados com a aposta de que Salvador seria atendida pelos pequenos atravessadores de farinhas. Os preços liberados incorreram em inflação do produto como destacou o sargento-mor Pedro Correia da Gama: “as comidas valem aqui a quarta parte mais caras que em Espanha” (apud LENK, 2013, p. 430).

Nestas décadas consolidou-se uma divisão administrativa da capitania de Ilhéus em duas instituições: (1) as Vilas de Cima continuaram sob a governança dos donatários que mantinham a prerrogativa de nomear oficiais para certos cargos públicos; (2) o território dentro da sesmaria dos jesuítas, onde estavam também localizadas as Vilas de Baixo, diretamente vinculadas ao governo geral, que inclusive, nomeava governadores e capitães-mores para que o envio de farinhas não fosse comprometido (DIAS, 2011, p. 128).

Segundo Pedro Calmon²⁸ em *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Joboatão*, Antônio de Couros Carneiro “foi natural do reino de Portugal, filho de Antônio de Freitas, primo co-irmão de João de Paiva, o velho. Passou ao Brasil, e fez sua residência na vila do Cairu”. Casou-se com D. Serafina de Góes com quem teve um filho do mesmo nome²⁹. Não sabemos quando Antônio de Couros foi nomeado capitão-mor, Lenk informa que a partir da década de 1640 a figura de Couros Carneiro passa a ser central para controle e envio das remessas de farinhas e madeiras solicitadas por Salvador.

Valendo ressaltar que as Vilas de Baixo foram proibidas de exportar alimentos para a África e outras capitanias da América Portuguesa (LENK, 2013, p. 430). Esta medida restritiva que proibia a exportação de farinhas estava vinculada também a proibição de se cultivar e produzir quaisquer outros produtos incluindo açúcar, tabaco e parece ter sido central para que as Vilas de Baixo concordassem com o “Conchavo das Farinhas”, acordo firmado entre as

²⁶ “Uma das competências das Câmaras era a regulamentação de um escopo variável de atividades econômicas no espaço concelhio, principalmente do abastecimento e mercado urbano de alimentos” (LENK, 2013, p. 430).

²⁷ Apesar de até 1640 a cabeça da monarquia estar sediada em Madrid, o reino de Portugal continuou independente e gerindo suas conquistas com mecanismos e instituições lusitanas (BOXER, 2014, p. 117).

²⁸ CALMON, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das principais Famílias, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. v. 2.

²⁹ Antônio de Couros Carneiro (o filho) foi legitimado capitão-mor das vilas de Boipeba, Cairu e Camamu no ano de 1683. Este capitão-mor herdou do seu pai Antônio de Couros (o velho) as mercês e privilégios como nobre da terra.

vilas de Camamu, Cairú, Boipeba e Morro de São Paulo com o Senado da Câmara de Salvador no ano de 1648.

Observa-se que o “Conchavo das Farinhas” vinha se configurando desde 1627³⁰ e não podia ser diferente, pois a coroa não conseguiria militarmente impor sua vontade determinando o que aquelas vilas podiam ou não produzir. Até porque, como avalia Charles Boxer, administração dos territórios ultramarinos no século XVII era encargo da Câmara e Misericórdia, estes garantindo uma continuidade que os governos gerais não poderiam assegurar (BOXER, 2014, p. 267). E como bem explica Hespanha ao narrar sua experiência com as fontes dos seiscentos:

Li o suficiente para saber que não teria que rebuscar absolutamente nada, nem de desbancar estantes de arquivos para encontrar milhares de exemplos de afirmação de poderes locais, de incumprimentos de ordens metropolitanas, de instituições localmente criadas, de conflitos insanáveis de jurisdições, de atropelos e de desaforos, de poderosas coligações vitoriosas de interesses coloniais (HESPANHA, 2012, p. 27).

A compreensão daquela sociedade passa pela reflexão acima, pois o estado centralizador³¹ ainda não existia e o “Conchavo das Farinhas” foi resultado de uma intensa pressão social-política-e-econômica exercida pela açucarocracia do recôncavo baiano. A capitania de Ilhéus jamais deixou de exportar açúcar³²; todavia, as Vilas de Baixo cederam às pressões da Câmara da Bahia e exerceram sua “vocação” para fabricação de farinhas. Neste contexto, as fontes deste corpo documental apontam que o governo geral, após várias outras tentativas, encontrou em Antônio de Couros Carneiro a possibilidade de pacificar interesses mantendo constantes as necessárias remessas de farinhas para Salvador, como se vê no registro da provisão que restituía este senhor ao cargo de capitão-mor em 1649³³. Wolfgang

³⁰ Conforme relata Lenk em capítulo destinado ao “Conchavo das Farinhas” (LENK, 2013, p. 430-441).

³¹ Voltamos a Ana Paula Pereira Costa, ao interpretar Hespanha: “O Estado português na época moderna não deve ser entendido pelo ponto de vista da centralização excessiva”; continua: “Mas com base no conceito de monarquia corporativa” (COSTA, 2014, p. 21). Para Antônio Manuel Hespanha, nesta monarquia o poder real compartilha espaços políticos com outras instâncias de poder, entre eles: Igreja, cancelhos, famílias. O direito legislativo se enquadra pela jurisprudência, usos e práticas locais; as obrigações políticas compartilhavam espaço com obrigações morais e afetivas (HESPANHA, 2012, p. 25). Entendemos com isto que o “Conchavo das Farinhas” não poderia ser imposto pelo governo geral sem o consentimento dos produtores das Vilas de Baixo, foi necessária a existência de um conjunto de fatores muito bem explorados pela açucarocracia baiana, entre eles: (1) ameaça de nova invasão holandesa; (2) conflitos de interesses entre os foreiros de uma capitania administrativamente dividida; (3) o problema das entradas frente à recusa dos jesuítas em permitir a escravização dos povos indígenas hostis; (4) a possibilidade de se vender os excedentes de farinhas com preços liberados; (5) A intermediação de Antônio de Couros Carneiro, que se deu via conquista de privilégios e mercês especiais.

³² Ver capítulo um de Angelo Alves Carrara (CARRA; DIAS, 2007).

³³ Neste registro, o governador geral reconhece os serviços prestados por Antônio de Couros Carneiro enquanto capitão-mor e que em sua época as vilas de baixo não faltavam com suas obrigações de envio das farinhas (DH-BN, vol. 48, p. 29).

Lenk, lendo esta fonte e estudando outros documentos do Conselho Ultramarino³⁴, explica que Couros Carneiro havia enriquecido muito com a venda e transporte das farinhas; e, apesar disto, alguns dos termos e valores impostos pelo governo geral não agradaram ao capitão-mor que estava se esquivando de suas obrigações em prejuízo do abastecimento da capital geral, levando o governador Antônio Teles de Meneses a dar ordem de prisão a Antônio de Couros Carneiro. Este se refugiou em um convento que chegou a ser cercado por uma companhia de infantaria (LENK, 2013).

O registro de provisão que restituiu Antônio de Couros como capitão-mor revela que Gaspar Tourinho, substituto na função de superintendente das farinhas, não havia conseguido a colaboração³⁵ dos demais senhores das Vilas de Baixo. Tourinho superintendeu as farinhas por pouco tempo, possivelmente por consequência de falta de habilidade política para conciliar interesses conflitantes entre os potentados locais e a açucarocracia baiana. As habilidades de articulação política que faltavam a Tourinho parecem sobrar a Antônio de Couros e não devemos desconsiderar os elos de interdependência e amizades formadas ao longo da década de 640 que ligam Antônio de Couros tanto a açucarocracia, quanto aos oficiais da Secretaria de Estado do Brasil, órgão diretamente ligado ao gabinete do governador geral em exercício. As fontes revelam que a restituição de Antônio de Couros como capitão-mor, e principal gerenciador das farinhas, teria se dado por intervenções de membros do Senado Câmara de Salvador em favor da demanda de Couros Carneiro.

A mercê também garantiu controle das forças militares da antiga capitania de Ilhéus na pessoa deste senhor. Apenas cinco meses após ser restituído capitão-mor, Antônio de Couros Carneiro é nomeado governador da capitania de Ilhéus e logo tomou providências para reformar o forte do Morro de São Paulo e aumentar seu efetivo com tropas de ordenanças regulares³⁶. As querelas das farinhas não se encerram com a nomeação de Couros Carneiro a governador, o conde de Castelo-Melhor reclamou constantemente a falta que o produto fazia para Salvador e naus da carreira que aportavam na baía de Todos os Santos. Todavia, passados alguns meses o próprio governador geral reconhece os bons serviços e diligência com que Antônio de Couros Carneiro zelou pelo abastecimento da capital colonial³⁷.

Apesar do “Conchavo das Farinhas” ter se estabelecido nos anos de governo de Couros Carneiro, 1650 a 1654, não fora sem resistências, o contrabando visando se esquivar

---

³⁴ (LENK, 2013, p. 433).

³⁵ Para esta interpretação, acreditamos que será necessário um estudo comparativo de média duração que incluam os círculos de amizades e negócios iniciados a partir da educação daqueles senhores, tanto da açucarocracia quanto dos produtores de víveres, tomando como referencial inicial o Colégio da Bahia e as possíveis redes de que se estabeleciam da interdependência do comércio-e-transporte-em-segurança de farinhas para sustentação dos grandes engenhos do recôncavo.

³⁶ Cartas para as vilas de baixo, 25/03/1650 e 26/03/1650 (DH-BN, vol. 48, pag. 44, 45, 46, 47, 48 e 50). Cartas para o governador de Ilhéus, 02/05/1650 e 07/05/1650. (DH-BN, vol. 64, pag. 52 e 53).

³⁷ Cartas para o governador de Ilhéus, 07/05/1650, 19/05/1650, 23/05/1650, 02/06/1650, 09/06/1650, 21/06/1650, 22/06/1650, 23/06/1650, 06/08/1650, 18/12/1650 (DH-BN, vol. 64, pag. 53, 59, 60, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 76 e 85).

das restrições para exportação do produto permaneceu até o fim do conchavo, no século XVIII. No entanto, esse contrabando tomou novas formas e não se limitou a farinhas. Os senhores das vilas de baixo, devido ao aumento da demanda pelos produtos de subsistência no período da guerra colonial contra o Brasil holandês enriqueceram e inverteram seus capitais³⁸ em outras empresas como açúcar, arroz e tabaco (BARROS, 2015).

Em uma carta para os oficiais de Cairú em 1673, o Senado da Câmara de Salvador ordenava a destruição de todos os engenhos de açúcar daquela localidade em benefício de Antônio de Couros Carneiro e seus herdeiros, ou seja, somente um engenho de açúcar seria permitido³⁹. Todos os demais deveriam ser desmontados e não se permitiria que fossem reerguidos⁴⁰. Vemos assim que não bastava produzir açúcar para se tornar um senhor de engenho, este era um privilégio que necessitava ser reconhecido por outros membros da açucarocracia estabelecida.

Vimos que dezenas destes senhores das Vilas de Baixo se beneficiaram diretamente com o comércio de farinhas, mas este corpo social não se constituía de senhores de engenho e não se encontravam prestigiados no topo da hierarquia social. Não podemos analisar esta sociedade unicamente do ponto de vista econômico, que nas palavras de Charles Boxer:

Os lavradores de cana, que eram obrigados a enviar a sua cana ao senhor de engenho para ser transformada, e os cultivadores de tabaco e destiladores de rum e *aguardente*, os senhores de engenhos de farinhas que faziam por vezes fortunas bastante grandes, raramente conseguiam alcançar o prestígio e o respeito concedidos a um senhor de engenho, que era mais ou menos um monarca em relação a todos os indivíduos que superintendia (*grifos meus*, BOXER, 2014, p. 298).

Boxer traz ainda um relato de Antonil do início do século XVIII:

Ser um senhor de engenho é uma honra a que muitos aspiram; porque este título traz consigo os serviços, a obediência e o respeito de muita gente. E se for, como devia ser, um homem rico e com capacidade administrativa, o prestígio concedido a um senhor de engenho no Brasil pode ser comparado à honra com que os nobres titulares são tidos entre os fidalgos de Portugal (apud BOXER, 2014, p. 298).

As resistências ao “Conchavo das Farinhas” permaneceram enquanto durou o acordo

---

³⁸ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

³⁹ Será necessário um estudo sobre a capacidade produtiva deste engenho de Antônio de Couros, nos parece *a priori*, tratar-se mais de uma mercê visando concessão de privilégio social.

⁴⁰ Importante ressaltar que a ordem de desmonte foi direcionada aos engenhos de açúcar localizados nas vilas de baixo, ao norte da capitania. Enquanto no Sul continuava-se produzindo açúcar regularmente. Carta que se escreveu aos Officiaes da Camara de da Villa de Cairú para se não fabricarem nella engenhos, 27/02/1673 (DH-BN, vol. 08, p. 349).

e Antônio de Couros Carneiro conseguiu, em boa medida, negociar com os senhores locais das câmaras da baía de Camamu. Conquistou para si contratos e mercês importantes, chegando a investir em engenhos de açúcar em Pernambuco após a retirada dos holandeses⁴¹ e recebeu a Ordem de Cristo⁴². Um cavaleiro de Cristo tinha reconhecimento da coroa e, segundo Charles Boxer, se constituía como homem de guerra e comando em uma cruzada contra bárbaros de ultramar (BOXER, 2014, p. 228).

Ressaltando ainda que há indícios consistentes nas fontes analisadas sobre as relações de Antônio de Couros com os jesuítas e o Colégio da Bahia durante o reinado de D. João IV, como articulações políticas negociadas entre o Padre Antônio Vieira e seu irmão Bernardo Vieira Ravasco que naquele período pós-restauração chefiou a Secretaria de Estado da República do Brasil. Assim como as rivalidades políticas de Vieira dentro da corte portuguesa e possível relação com o afastamento de Antônio de Couros da função de capitão-mor 1640⁴³.

As funções militares de Antônio de Couros e as guerras contra os indígenas

A defesa dos territórios portugueses era feita por três instâncias militares: Corpos Regulares (tropas pagas ou de primeira linha), Corpos irregulares (ordenanças), e o Corpo Auxiliar (milícias). Em 1640 surge em Portugal, os Copos Regulares, os quais eram compostos por militares remunerados e eram os únicos que recebiam soldos mensais da Fazenda Real. Os homens deste destacamento seguiam a carreira militar, dedicando-se exclusivamente as armas e, por isso, sujeitavam-se a treinamentos físicos e punições disciplinares. Mas as demandas do império português eram muito dilatadas para que apenas uma instância militar fizesse frente às inúmeras ocorrências. Assim a partir de 1641, surgem as milícias, tropas compostas por homens recrutados nas vilas, dividindo-se em terços de brancos, negros e pardos. Esses homens prestavam serviços obrigatórios, mas não remunerados, podendo ser deslocado das localidades onde residiam para prestar auxílio às tropas regulares.

A última organização militar que dispunha a América Portuguesa eram os corpos das ordenanças, instituição criada a partir do estabelecimento do Governo Geral na Colônia, as quais tinham como principal objetivo auxiliar as tropas regulares na defesa do território. Essa instituição permitia uma maior participação dos colonos em suas fileiras e exercia um forte poder local. O comando das ordenanças cabia ao capitão-mor das ordenanças, posto ocupado geralmente pelos senhores das terras das localidades em que atuavam. Outros cargos que compunha este agrupamento militar eram: sargento-mor, capitão (instâncias

---

⁴¹ “Registro da Provisão de SM por que manda pagar ao conde d’Aouguia as propinas que deixou de levar dos Contratos desta Bahia e Pernambuco, depois da proibição dellas. ”, 05/01/1665 (DH-BN, vol. 22, p. 89).

⁴² Em inúmeros dos documentos já citados Antônio de Couros é reconhecido como Cavaleiro da Ordem de Cristo.

⁴³ Sobre a ordem de prisão de Antônio de Couros, ver Lenk (2013).

superiores) e alferes, sargentos furriéis, cabos de esquadra, porta-estandartes e tambores (inferiores).

Na segunda metade do século XVII, a Capitania dos Ilhéus enfrentava um duplo processo de inquietação social. De um lado, existia um iminente perigo de invasões estrangeiras, com fortes tendências dos holandeses atacarem novamente o Estado do Brasil, haja vista seria mais fácil conquistar a capital da Colônia via baía de Camamu, fato informado pela Carta para o governador Antônio de Couros sobre a vinda do Inimigo⁴⁴. Neste documento datado de dezembro 1650, o Conde de Castelo Melhor informa a Couros Carneiro que naquela ocasião existia grande probabilidade de os holandeses atacarem novamente a Bahia, e principalmente o Recôncavo “para donde tenho enviado os terços que pareceu conveniente”. Nesse contexto inexistia na Capitania dos Ilhéus grande efetivo nos Corpos Regulares de defesa, por isso o sobredito Couros deveria organizar uma tropa de ordenança, direcionando o seu comando ao:

Tenente General Gaspar de Souza Uchoa, que torno a enviar para o Governo do Morro, a que aquela praça ha mister para sua guarnição: e assim para a suprir lhe dei ordem que havendo ocasião de Inimigo, que intentem invadi-la, dê rebate com três peças de artilharia, e avise a Vossa Mercê.⁴⁵

Para agilizar a defesa das Vilas de Baixo, em cada localidade o Tenente General Gaspar de Souza Uchoa deveria orientar os moradores com um sinal sonoro para que todos “saibam tanto que o ouvirem se ajuntarem na aparte que Vossa Mercê lhes destinar para se socorrer aquela força, para a qual mande Vossa Mercê logo os seis infantes dos doze que mandou buscar a ela”. Os outros moradores que não estivessem alistados nos corpos militares da ordenança deveriam contribuir com farinha “bastante para dar ração de quatro meses a ordenança com que a mandar socorrer”. Mas ao que parece os colonos estavam se recusando a contribuir com a farinha necessária ao “sustento ordinário daquela gente, porque é grande a omissão com que as câmaras procedem em remetê-la”. Por conta disso, cada vila deveria logo fornecer uma grande cota “dando sempre um mês porque deste modo será sempre infalível”.

Também preencheriam as fileiras das Ordenanças os índios do aldeamento dos Padres, os quais deveriam acompanhar o Capitão Sebastião Ribeiro, que “os anime para que mostrem nesta ocasião o modo com que em outras já venceu os Holandeses a servido Sua Majestades”. O Capitão e os índios deveriam se deslocar para a Ilha de Quiepe para ali esperar os holandeses, que com três navios andam sobre esta barra “e é muito provável vão fazer aguada a uma parte tão frequentada deles em outro tempo e donde hoje é certo não poderão reear nenhum perigo”.

O Capitão-mor Gaspar Tourinho Maciel informava ao Capitão Sebastião Ribeiro que a

---

⁴⁴ Carta para o Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros. DH-BN, Volume 3, p. 112.

⁴⁵ BN-RJ. Carta que se escreveu ao Capitão-mor as Capitania dos Ilhéus. DH-BN, vol. 43, p. 50.

qualquer momento poderia aparecer nesta barra uma “*Armada Holandesa*”, devendo todos os homens estar de prontidão. Caso houvesse uma invasão inesperada a orientação era que os colonos

Com suma brevidade se recolha aos Armazens que tenho mandado fazer nesta praça todas as farinhas que se poderem fazer nas vilas do Cairu, Boipeba Camamu, e bem assim do distrito de Maragugippe. E que para mais brevidade se encarregue a recondução das ditas farinhas, a diferentes pessoas para que cada uma em sua Vila trabalhem todas, ao mesmo tempo, nesta ocupação: e que a esse fim se ocupem as pessoas de maior sabença e atividade⁴⁶ [...]

Quando o capitão Sebastião Ribeiro recebesse esta notícia, deveria registrá-la na Câmara da Vila de Boipeba. Para dinamizar o envio das farinhas caso houvesse invasões, todos os escravos da dita vila e seu termo estariam “convocados e tomando para sua condução a esta praça todas as embarcações que qualquer parte que houver”.

Ao mesmo tempo em que pairava uma ameaça de invasões estrangeira na Capitania dos Ilhéus, haviam diversos grupos indígenas resistentes ao projeto colonizador, empreendendo uma onda de contra-ataques nas Vilas de Baixo, gerando segundo os moradores

Grande falta de mantimentos em que atualmente se acha fortaleza do Morro de São Paulo, resultada da omissão que houve em se recardarem as farinhas que as vilas lhe estão devendo, que logo se lhe acuda com toda a que é justo haver nela assim de sobresselente para qualquer ocasião do Inimigo que se oferece⁴⁷.

Justificativas como a falta de alimentos em Salvador e ou o não cumprimentos das cotas do Conchavo das Farinhas foi um dos argumentos utilizados com muita eficiência pelas autoridades locais para atrasarem o cumprimento do envio de farinha do Conchavo, bem como para obterem cada vez mais apoio do Estado na busca por escravos indígenas e garantirem as expansões para os sertões. Fatores climáticos, a exemplo das grandes estiagens, sonegação, dificuldades de escoamento bem como a mortalidade de escravos contribuíram muito para o agravamento da falta de alimentos, porém atribuir os problemas aos índios era bem mais vantajoso.

Na segunda metade do século XVII, a Coroa portuguesa planeja expandir seus limites territoriais para além da faixa litorânea, exigindo das autoridades coloniais grandes investimentos e um aparato militar de grande monta para poderem realizar essa expansão. Para a conquista dos territórios do interior das capitanias da Bahia, Ilhéus e Itaparica o

⁴⁶ Gaspar Tourinho Maciel, Capitão-mor que foi daquelas vilas, e ao Capitão Sebastião Ribeiro. DH-BN Volume 33, p. 112.

⁴⁷ Registro da provisão do Capitão-mor Antônio de Couro Carneiro. DH-BN Volume 9, p. 12.

Estado organizou inúmeras jornadas punitivas, entre as quais vale destacar a capitaneada por Gaspar Rodrigues Adorno, a qual percorreu grande parte do território de Ilhéus. Adorno percorreria os sertões com seiscentos índios, cinquenta Infantes e duzentos e trinta soldados da Ordenança, os quais deslocariam-se por todas as freguesias do Recôncavo “com suma brevidade e de cada uma delas tire o número que na lista se declara, este há de ser de Mamelucos, e brancos desobrigados, e gente acomodada ao fim para que se escolhe, e ao capitão de cada freguesia ordenar Vossa Mercê⁴⁸”.

tomando-se para isso a quaesquer pessoa que nos seus distritos as tiverem, das quais lhe dará recibo para por eles se lhe tornarem a restituir acabada a jornada, e perdendo-se nela se lhe pagar, das despesas que se fazem e o tal capitão será obrigado a trazer pessoalmente a esta cidade os soldados que lhe tocarem armados na conformidade sobredita, até dez de Novembro seguinte dia⁴⁹.

Adorno contaria com a contribuição de vários capitães e sairia da cidade de Cachoeira acompanhados dos soldados, os quais deveria portar uma espingarda e um escudo a fim de melhorar sua defesa e a de seus companheiros. Para que as distâncias fossem minimizadas era necessário que a Real Fazenda providenciasse para essa jornada cinquenta cavalos para conduzirem os mantimentos, munições e ferramentas. Para esse grande empreendimento o Capitão-mor e Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros teve como principal determinação punir o atrevimento do Gentio Aimoré, usando para isso “todo calor para castigar sua insolência”. A entrada iniciaria do rio das Contas e percorreria toda aquela região até Marau para

[...] dali se vir destruído todas as Aldeias de que se tem suspeita que descem; E porque sendo tanto para se ter em cuidado os [ilegível] se não pode tirar infantaria alguma dessa praça, para semelhante empresa⁵⁰.

A fim de garantir ajuda das vilas de Cairu, Camamu e Boipeba, o Conde de Castelo Melhor fixou nessas três vilas, e também na vila de São Jorge dos Ilhéus, uma petição a fim de garantir voluntários para se reunir a expedição. Um fato curioso nessa jornada foi a presença de mercenários holandeses que, caso se reunissem aos demais, “partilhariam todos o prêmio da presa, que espero seja grande; e com a esperança do sossego em que ficaram essas vilas, a quem folgarei conservar sem o menor receio”. A presença desses “mercenários holandeses” estava condicionada ao partilhamento do espólio, o qual poderiam ser índios escravizados, assim como títulos de sesmarias como gratificação pelos serviços prestados à Coroa.

⁴⁸ Carta para o sargento maior Pedro Gomes. DH-BN, Vol. 42, p. 41.

⁴⁹ Carta para o sargento maior Pedro Gomes. DH-BN, Vol. 42, p. 41.

⁵⁰ Carta para o Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros sobre a jornada do Sertão. DH-BN, Vol. 41, p. 41.

Nota-se que para se concretizar a colonização foi de fundamentação importância o bom funcionamento dos serviços militares, seja pela preocupação de ataques estrangeiros e seja pelos “inimigos internos”. Essas funções também foram gerenciadas por Antônio de Couros, o qual para isso teve que negociar com diversos segmentos locais, uma vez que havia grande resistência dos moradores em servir nas fileiras das ordenanças e negavam-se em contribuir com a farinha necessária para a manutenção das tropas. Como visto ao longo do texto, esse personagem prestava uma gama de serviços ao monarca, fato que lhe rendeu grande prestígio social, tornando-se um dos homens mais importantes da Capitania dos Ilhéus durante o século XVII, fato valorizado nas sociedades de Antigo Regime, onde o *status social* representava um fator de distinção entre os homens que o ocupavam cargos prestigiados.

Os colonos que ocupavam cargos de governança deveriam ser escolhidos entre os mais distintos da localidade que moravam. Diante desse fato, nos pondera Nuno Monteiro⁵¹ que se criaram estados de privilégios, no qual se erige a nobreza civil ou política, status usado por aqueles que conquistaram um grau de enobrecimento devido às ações valorosas que obraram, diferenciando-se da nobreza de sangue. A esse ato, a historiografia denominou economia moral do dom, de acordo com a qual aqueles beneficiados “passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de trocas de favores e serviços”⁵². Assim a concessão de tais honras por parte da metrópole agia no sentido de controlar a representação dos indivíduos e das ordens na sociedade, delimitando as hierarquias, estruturando uma configuração peculiar da sociedade.

Couros talvez fosse o maior interlocutor do designo do rei naquela localidade, fazendo chegar “a periferia as determinações do centro”. A partir dessa lógica, não percebemos o Estado português do ponto de vista da centralização excessiva, mas com base no conceito de monarquia corporativista, no qual o rei partilhava o poder com outras instâncias da sociedade⁵³. O Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros ainda se ocupava do bom funcionamento da estrutura administrativa e fiscal, auxiliando as câmaras no recolhimento de tributos e nos conflitos entre a elite local e o senado da Bahia.

No âmbito da administração colonial, é possível perceber que o exercício de determinados cargos administrativos especialmente os de grande prestígio social, a exemplo de Governador de Capitania, possibilitou àqueles que o ocupou a construção da “memória

---

⁵¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Amaral Ferlini. (Orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁵² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵³ HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ampliada de suas práticas e estratégias”⁵⁴. Nesse sentido, aqueles que serviram ao rei por muitos anos foram capazes de assegurar para si o controle de acesso a certas posições, bem como um conjunto de privilégios decorrentes dessas ocupações, tais como títulos, tenças, mercês. Antônio de Couros Carneiro se encaixa perfeitamente nesse perfil, pois ocupou os cargos de capitão-mor, governador da capitania de Ilhéus, recebeu a Ordem de Cristo e o status de senhor de engenho de Cairu. Foi também armador de entradas ao sertão e administrador das farinhas que sustentaram a capital do Brasil, conseguindo angariar prestígio também para seus descendentes, a exemplo de seu neto João de Couros Carneiro o qual iniciou sua carreira militar como soldado, tornou-se Alferes da companhia da guarnição da fortaleza do morro de São Paulo e, tornando-se Coronel de milícia⁵⁵.

Artigo recebido em 16/06/2016

Aprovado para publicação em 21/08/2016

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7ª ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AZEVEDO, Tales de. *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969.

BARROS, Rafael dos Santos. *Da imposição à Vocação*: A economia da capitania dos Ilhéus nos circuitos mercantis. Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD), v.9, p. 1. 2015.

BARTH, Fredrik. *Scale and social organization*. Oslo: Universidade Forlaget, 1978.

_____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981a. v. 1.

---

⁵⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁵ Registro da carta-patente do Capitão João de Couros Carneiro. DH-BN, Vol. 22, p. 41.

_____. Analytical dimensions in the comparison of social organizations. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981b. v. 1, p. 61-75.

_____. Models of social organization III. the problem of comparison. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981c. v. 1, p. 61-75.

_____. Models of social organization I. the analytical importance of transaction. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981d. v. 1, p. 32-47.

_____. Anthropological models and social reality. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981e. v. 1, p. 14-31.

_____. Models reconsidered. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981f. v. 1, p. 76-104.

_____. On the study of social change. In: _____. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981g. v. 1, p. 105-118.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Amaral Ferlini. (Orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2014.

CALMON, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das principais Famílias, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboaão*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. v. 2.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª ed. Ilhéus: Editus, 2003.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: A Capitania de Ilhéus no Antigo Sistema Colonial*. 1ª Edição. Ilhéus: Editus, 2011.

DIAS e CARRARA, Marcelo Henrique e Ângelo Alves. *Um Lugar na História*. Ilhéus: Editus, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

HESPAHNA, António Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto Colonial: A Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*: 2010. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2010.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói: UFF, 1991 (tese de doutorado).

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

Documentos Históricos

Cartas para as vilas de Cairu, Camamu, Boipeba, Morro de São Paulo e Ilhéus, 25/03/1650 e 26/03/1650. DH-BN, vol. 48, pag. 44, 45, 46, 47, 48 e 50.

Cartas para o governador de Ilhéus, 02/05/1650, 07/05/1650, 19/05/1650, 23/05/1650, 02/06/1650, 09/06/1650, 21/06/1650, 22/06/1650, 23/06/1650, 06/08/1650, 18/12/1650. DH-BN, vol. 64, pag. 52, 53, 59, 60, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 76 e 85.

Carta que se escreveu aos Officiaes da Camara de da Villa de Cairu para se não fabricarem nella engenhos, 27/02/1673. DH-BN, vol. 08, pag. 349.

Carta para o Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros, 12/06/1951. DH-BN Volume 3, p.112.

Carta para o Governador da Capitania dos Ilhéus Antônio de Couros Carneiros sobre a

jornada do Sertão. DH-BN, Vol. 41, p. 41.

Carta para o sargento maior Pedro Gomes. DH-BN, Vol. 42, p. 41.

Carta que se escreveu ao Capitão-mor as Capitania dos Ilhéus. DH-BN, vol. 43, p.50.

Gaspar Tourinho Maciel, Capitão-mor que foi daquelas vilas, e ao Capitão Sebastião Ribeiro. DH-BN Volume 33, p.112.

Registro da carta-patente do Capitão João de Couros Carneiro. DH-BN, Vol. 22, p. 41.

Registro da provisão do Capitão-mor Antônio de Couro Carneiro. DH-BN Volume 9, p.12.

Registro da Provisão de SM por que manda pagar ao conde d'Aouguia as propinas que deixou de levar dos Contratos desta Bahia e Pernambuco, depois da proibição dellas, 05/01/1665. DH-BN, vol. 22, pag. 89.